



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 120 - 1ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 1996 - R\$ 1,00

**No 2º turno, novamente,
VOTO NULO**

**Contra a fome, a miséria e
a politicagem burguesa!
Por um programa anticapitalista
e um partido revolucionário!**

POR *Tendência pelo Partido Operário Revolucionário*

Eleições-96

**Primeiros resultados
indicam
crescimento do PFL,
potenciamento do PT,
colapso do PMDB,
fracasso das esquerdas.**

**Campanhas salariais sofrem com
eleitoralismo e peleguismo conciliador**

**Destruamos o congelamento salarial!
Chamemos a unidade na luta
para por abaixo o plano antinacional
e antipopular de FHC!**

**Nada de pacifismo! Nada de desarmamento!
Em defesa da violência revolucionária!**

**Todo apoio à luta dos palestinos
por sua emancipação!
Fora Israel, enclave dos americanos!**



A Quinzena de Luta do Movimento Operário

As centrais sindicais proclamaram a campanha salarial unificada e a quebraram antes mesmo de iniciar. As disputas por poderes nos sindicatos (não inclusão dos dissidentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC-

Santo André na campanha) foi o pretexto utilizado pela burocracia para bloquear a disposição dos trabalhadores de lutar contra o arrocho salarial e o desemprego. As reivindicações dos trabalhadores por aumento no piso salarial, reposição das perdas, aumento real de salário, redução da jornada de trabalho, representação nos locais de trabalho, revisão do acordo automotivo e mudanças na política econômica - conforme a pauta de reivindicações entregue à Fiesp - esbarra na política de redução dos custos patronais na folha de pagamento, na desindexação salarial, na falsa estabilidade econômica. A luta dos operários para conquistar suas reivindicações e por fim à exploração do trabalho é a luta contra o Plano pró-imperialista do governo FHC.

Organizar um movimento nacional de luta para derrubar o plano antinacional e antipopular de FHC. Um movimento da classe operária, camponeses pobres e classe média arruinada contra o sistema de exploração do trabalho, contra o desemprego, contra a fome e a miséria.

O caminho das lutas

* Para acabar com a greve no mês de julho, patrão da empresa de pescados Kawai Suisan, de Santos, prometeu pagar os salários que estão atrasados há 4 meses. Não pagou. Agora, após 40 dias de greve e a intransigência do empresário, pescadores ocupam a empresa. Os pescadores estão também há 3 anos sem férias. A greve foi julgada não abusiva pelo TRT.

* Metalúrgicos da Mercedes de S. Bernardo, setor de cabines e embalagem de peças para exportação continuam de braços cruzados para discutir a suspensão da demissão voluntária. São 1.200 operários na rua até dia 26/09. Há um ano, a multinacional também demitiu 1.282 metalúrgicos!

* Operários da Piccoli, de Ribeirão Pires, continuam em greve (desde o dia 13/09) contra atraso no salário de agosto e setembro. A Unimed pede falência da fábrica. A Justiça faz levantamento dos bens. Para pagar quem? Os trabalhadores ou os fornecedores da Unimed? Contra o fechamento de fábricas, é preciso organizar as ocupações de fábrica e impor o controle operário da produção.

* Operários da STG Construções e Revestimentos e da Pégasus Engenharia fazem greve contra calote no pagamento do salário de agosto.

* Borracheiros da The West Company Brasil conquistam PLR (Participação nos Lucros e Resultados): R\$ 560,00, divididos conforme metas a serem cumpridas.

* Borracheiros da Forsan conquistam PLR: R\$ 300,00 em duas parcelas em janeiro e fevereiro de 97.

* Metalúrgicos aposentados da Ford Motores em São Bernardo continuam em greve para negociar melhorias no pacote de demissões. São 370 aposentados que serão demitidos por causa da transferência da produção dos motores do Gol 1000 para a Volkswagen.

* Multibrás vai desempregar 150 metalúrgicos até dia 30/09. A fábrica abriu demissão voluntária. Operários reivindicam redução de jornada.

* Aeroviários fazem manifestação em Congonhas exigindo equiparação nos reajustes dos salários aos preços das passagens aéreas.

* Funcionários federais da Fundação fazem protesto contra a reforma administrativa de FHC, que pretende fechar a entidade.

* Metalúrgicos da J.I. Case, de Sorocaba em greve pela PLR.

* Operários da Filtros Logan fazem greve para exigir pagamento de três férias vencidas. Patrão promete acertar o em parcelas o pagamento até dezembro.

* Fundação Micheletto dá calote no adiantamento do salário de setembro e não fornece vale-transporte. Metalúrgicos param o trabalho.

* Químicos da Unipar acampam na porta da fábrica em solidariedade aos grevistas do quinto turno (35 dias de greve). Patrão dá licença-remunerada e ameaça com demissão após os 60 dias de estabilidade.

* Petroleiros atrasam entrada ao trabalho para pressionar negociações da campanha salarial. As reivindicações: reposição de 21,8%, 12,47% de produtividade, 6,21% de reposição referente a julho e agosto de 95, que não foram repassados aos salários.

* Montadores da Scania fazem paralisação-surpresa para negociar PLR.

* Bancários de todo país iniciam greve reivindicando 21,08% de reposição, 6,7% de produtividade e PLR. Movimento dos Sem-Terra do Pontal do Paranapanema se solidarizam com o movimento dos bancários.

* Metalúrgicos da CUT e Força Sindical fazem carreata para levar pauta de reivindicações à Fiesp e ato em solidariedade à greve dos trabalhadores da Argentina. Sindicalistas quebram a campanha unificada por causa da inclusão dos dissidentes do Sindicato do Metalúrgicos do ABC - Santo André - na campanha salarial.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: SEMESTRAL - R\$ 15,00 - FALE COM O DISTRIBUIDOR ESTE JORNAL

Eleições fortalecem PFL e mostram rejeição a PSDB

Os primeiros resultados das eleições municipais (em 04/10/95) mostravam uma derrota nacional do PSDB, um retrocesso brutal do PMDB, um avanço do PFL e um significativo fortalecimento eleitoral do PT. A rejeição ao PSDB na maioria das capitais e cidades do país reflete a insatisfação da população com o governo, particularmente com a recessão e o desemprego, que foram agravados com a aplicação do plano neoliberal de FHC. Em São Paulo, cidade onde mais os governos federal e estadual jogaram o peso da máquina e do poder econômico, chama a atenção o fato do PSDB ter realizado uma campanha milionária e conseguir pouco mais de 16% dos votos. A média de votação dos principais candidatos peessedebistas às prefeituras ficou entre 15 e 25% dos votos. Isso, contando com o apoio da inflação baixa do Plano Real como cabo eleitoral.

O PFL cresceu nacionalmente, com todas as possibilidades de conquistar a prefeitura do Rio de Janeiro, e numa frente com o PPB de Maluf em São Paulo. Esse partido, que representa principalmente as oligarquias do norte e nordeste, pretende deixar de ser um partido regional para projetar-se em nível nacional. Utiliza-se da aliança com o PSDB e do controle sobre o parlamento apodrecido para se potenciar. Conseguiu com suas manobras (aliança nacional com o PPB, isolando o PSDB) pressionar o governo e ampliar sua influência. Se conseguir se fortalecer ainda mais, pode se colocar como alternativa de governo, destruindo o PSDB. Sua linha é a aplicação da linha antinacional e antipopular ditada pelo imperialismo, aliada a um protecionismo regional baseado na proposta de diferenciação tributária, fiscal e orçamentária.

As eleições e as reformas

As campanhas eleitorais refletiram as disputas interburguesas ao redor das reformas neoliberais. Serviram como ensaio para as próximas eleições presidenciais. Os gastos milionários nas campanhas, de volumes semelhantes aos de uma campanha presidencial, mostram a importância destas eleições como ponto de apoio para as eleições de 1998, e para definir os rumos da política econômica do governo FHC.

As negociações ao redor das privatizações, da reforma administrativa e da reforma do ensino prosseguiram em meio às disputas municipais. A discussão sobre a reeleição de FHC ganha importância para dar mais tempo para as disputas interburguesas. O PFL, após conseguir melhores condições de barganha com o PSDB, passou a defender a emenda da reeleição presidencial.

Diminui número de votos brancos e nulos

Nas cidades em que se utilizou a votação eletrônica, cuja apuração é mais rápida, verificou-se uma redução dos votos brancos e nulos. Esses números refletem a tremenda pressão do poder econômico em defesa do voto e o fato de que as eleições municipais chamam mais a atenção do eleitor em função de discutir os problemas locais, mais imediatos.

Por outro lado, cresceu sensivelmente a abstenção e caiu o número de votos em candidatos a vereador. É notável a disparidade de recursos e de tempo nos meios de comunicação entre os candidatos a prefeito e vereador. Soma-se a isso as campanhas que acentuam o papel de centralização de poderes nas mãos dos prefeitos (que tem base real) e ignoram o legislativo, e a desconfiança das

massas nos políticos. Essa desconfiança não avança em direção ao desgaste das ilusões na democracia burguesa pela ausência do partido revolucionário estruturado, que trabalharia pela denúncia da democracia burguesa como expressão da ditadura de classe da burguesia e pelo impulso à ação direta das massas.

A ascensão do PT em crise

O PT deve conseguir resultados expressivos em relação às eleições anteriores. Ganhou no primeiro turno em Porto Alegre e disputará o 2º turno em São Paulo, Maceió, Aracaju, Belém, Campo Grande, Florianópolis, Natal e Salvador, além de conquistar no 1º turno prefeituras importantes no interior (Santo André) e de ir ao segundo turno em outras (Santos, Ribeirão Preto).

Mas esses resultados não escondem uma série de decepções, como a derrota em Belo Horizonte, a perda do controle de Diadema, a pequena votação em Santos ou a inexpressiva participação em cidades importantes do sudeste ou no nordeste.

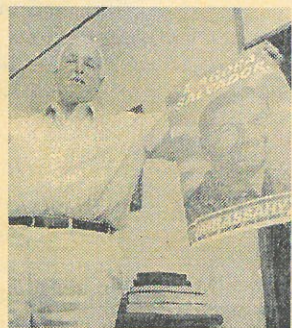
A crise no PT, exposta mais abertamente no racha em Santos, está espalhada nacionalmente. O setor mais direitista pretende apressar a incorporação do PT na política burguesa, ampliando as frentes com os partidos burgueses, aplicando as reformas neoliberais às administrações petistas e tornando o partido mais confiável à burguesia.

O segundo turno irá agravar essa crise, porque colocará o partido diante da necessidade de estabelecer frentes eleitorais com os partidos que são responsáveis pela aplicação do plano neoliberal de FHC. Em São Paulo, Erundina diz que buscará uma aliança com o PSDB, visando um governo de coalizão. No Rio, apoiará o PSDB de Sérgio Cabral?

As correntes de esquerda fracassam

O PSTU e o PCO fizeram de tudo para construir, cada qual à sua maneira, frentes eleitorais em todo o país. O PSTU elegeu como seu principal aliado o PT reformista. Só não fez aliança com o PT onde foi recusado por ele. Mas não deixou de se arrastar por trás do PCdoB em Fortaleza e até do PSB (GO). Em Fortaleza, defendeu a linha do orçamento participativo e dos Conselhos Populares, papagaiando o reformismo petista na campanha frentista com o PCdoB. Em São Paulo, onde fracassou a frente com o PT, fez uma campanha voltada ao reformismo, defendendo o programa do PT. Chegou até a condenar a violência em geral e a se colocar pelo chamado "socialismo com democracia", oposto à ditadura do proletariado. Certamente, o segundo turno servirá de pretexto para defender abertamente o voto em Erundina, desejado desde o início da campanha. Trata-se de uma cor-

Nacional



Antônio Carlos Magalhães saiu fortalecido das eleições.

rente que vive à sombra do reformismo.

O PCO fez do PSTU o mesmo que o PSTU fez do PT. Só não fez alianças com o PSTU onde este não o quis. Mas assim mesmo lhe chamou o voto, como em São Paulo. O PCO fez um enorme esforço para se legalizar e concorrer às eleições. Chegou a submeter-se às imposições da Justiça Eleitoral e fazer um programa que não apresenta nem uma única vez a palavra *revolução*.

O fiasco eleitoral dessas correntes aponta para o agravamento de suas crises internas. Para um partido autenticamente revolucionário, não tem importância um pequeno número de votos numa eleição, porque seu objetivo é a denúncia da democracia burguesa, a defesa do programa revolucionário e o impulso à ação direta das massas. Assim, este partido avalia sua intervenção nas eleições sob esta perspectiva. Até a participação ou não nas eleições é uma questão tática. Mas as correntes que dão importância fatal

às eleições, que chegam a colocar a maluca possibilidade de conquista do poder pelas massas através da via eleitoral, essas necessitam obter resultados numéricos. O PCO chegou a utilizar a luta das mulheres e das minorias como pontos de atração eleitoral, reproduzindo o oportunismo eleitoral. Claro que jamais poderiam enfrentar, no campo da caça ao voto, os partidos patronais, com suas campanhas milionárias.

O fracasso dessas correntes, que mergulharam no eleitoralismo, aprofundará suas crises.

As campanhas salariais e as lutas sofreram com o eleitoralismo

Uma das bases do plano antinacional e antipopular de FHC é o congelamento salarial. As campanhas salariais que antecederam a campanha eleitoral poderiam servir como ponto de apoio para a luta mais geral contra o plano. Mas as direções sindicais, na maioria controladas pelo reformismo petista, estabeleceram a prioridade eleitoral e deixaram as campanhas de petroleiros, bancários etc. naufragarem. Um dos pontos das campanhas dos petistas foi tentar mostrar à burguesia que o PT é confiável, que não mergulharia o país num profundo conflito social etc.

Vergonhosa foi a conduta do PSTU e PCO que renunciaram a denunciar o papel nefasto do reformismo nas organizações sindicais e populares. Com isso, cumpriram um papel de

cúmplice nas quebras dos movimentos pelo eleitoralismo.

A importância da defesa do voto nulo

O POR travou uma luta na fase preparatória da campanha respondendo ao chamado do PSTU de formar uma frente de esquerda. Afirmamos que deveria se basear num programa classista, que apontasse para a luta antiimperialista e anticapitalista. O PSTU rejeitou qualquer discussão e preferiu ficar implorando ao PT que fizesse uma frente com o PSTU sobre a base de um programa que, em linhas gerais, é o do próprio PT.

Diante da impossibilidade de apresentarmos candidatos próprios e da inexistência uma frente com um programa anticapitalista que expressasse a tendência de luta das massas, o POR teve que fazer a campanha em defesa do voto nulo programático. Por isso, se diferenciou de todas as correntes e travou a luta política de denúncia da democracia burguesa, de defesa do programa e da ação direta das massas. Tal linha foi defendida em debates públicos, panfletagens e com propaganda partidária. Realizamos a "boca de urna" defendendo o voto nulo programático.

A importância dessa campanha não se mede em votos, mas em acerto da linha e construção do partido operário revolucionário. Trata-se de construí-lo sobre bases sólidas da luta pelo programa revolucionário, oposto ao eleitoralismo enganador.

O POR chamou o Voto Nulo em defesa dos seguintes pontos:

Salário Mínimo Real (hoje em torno de 1200 reais), com escala móvel de salários (reajuste automático de acordo com a inflação). Reposição de todas as perdas salariais.

Fim das demissões. Estabilidade no emprego para todos. Redução da jornada de trabalho para seis horas diárias, sem redução de salários. Escala móvel de horas de trabalho (divisão do trabalho disponível entre todos), para que todos possam trabalhar. Nenhum fechamento de fábrica, garantido com as ocupações e controle operário da produção.

Defesa dos direitos sociais: saúde, educação, previdência etc públicos. Expropriação das redes privadas com controle operário.

Fim das privatizações e reestatização das empresas já privatizadas, sob controle operário. Defesa do estatismo.

Ruptura com o imperialismo, não pagamento da dívida externa. Estatização do sistema financeiro, sob controle dos trabalhadores.

Abaixo o plano de fome, antinacional e

antipopular de FHC. Abaixo a reforma administrativa, que só virá para demitir funcionários. Abaixo a reforma fiscal, que aumentará impostos e favorecerá o parasitismo financeiro às custas da miséria das massas. Fim do congelamento salarial.

Entrega das terras aos sem-terra. Em defesa das ocupações de terra. Fim do latifúndio. Autodefesa armada contra a repressão. Pela aliança operário-camponesa.

Tribunais populares para julgar e punir a burguesia pelos seus crimes de classe - massacres no campo e na cidade - e pela corrupção.

Por uma frente revolucionária antiimperialista, dirigida pelo proletariado, para levantar a nação oprimida contra a opressão imperialista. Por um autêntico partido operário revolucionário.

Pelo governo operário e camponês, a ser construído através da revolução proletária, que trabalhará incansavelmente pela eliminação da exploração de classe, reprimindo a burguesia exploradora (ditadura do proletariado).

Pelo internacionalismo proletário: defesa incondicional das nações oprimidas pelo imperialismo, defesa da luta pela revolução política nos estados operários degenerados (leste europeu, China e Cuba) e luta pela revolução socialista em todo o planeta, sem a qual não chegaremos ao socialismo.



Nada de desarmamento, nada de pacifismo

Em defesa da violência revolucionária

O governo pretende transformar em crime o porte ilegal de arma. O pretexto usado é o aumento da violência urbana. A grande imprensa, manipulada pelo poder econômico e pela ideologia burguesa, propagandeia a idéia de que, se as pessoas andassem desarmadas, haveria menos crimes. Trata-se de um embuste. A violência tem crescido pelo agravamento da crise social, pelo aumento da miséria e do desemprego, pela falta de perspectivas de trabalho e de vida para a juventude oprimida, e pelo crescimento dos setores marginais da burguesia, em especial o narcotráfico. Tudo isso decorre da crise do capitalismo em escala global.

Essa mesma crise capitalista leva ao agravamento dos conflitos sociais. Crescem as manifestações de massa por todas as partes, e se radicalizam nos métodos de luta, pela incapacidade dos estados e da burguesia em conceder migalhas que atenuassem os choques de classe, e que pudessem ser apresentados pelas direções reformistas como conquistas, a fim de acalmar os ânimos de luta dos opri-

midos.

A tendência geral da sociedade atualmente é de aumento da violência. Mas é preciso diferenciar a violência reacionária da burguesia, que reprime a maioria e atrasa o curso da história ao manter vivo um sistema apodrecido, em relação à violência revolucionária das massas em luta, que é progressista porque impulsiona a humanidade para a conquista de um sistema produtivo superior, o socialismo, que permitirá eliminar a miséria e trabalhar pela destruição da exploração de classe, e da própria divisão da sociedade em classes.

O desarmamento e o pacifismo são reacionários porque atrasam as massas na luta por suas reivindicações mais sentidas e na compreensão de que precisam se armar para destruir o Estado burguês e o capitalismo. A autodefesa armada é uma necessidade da luta direta para a sobrevivência dos oprimidos em luta contra seus opressores, e permite que os explorados percebam, por sua experiência própria, a necessidade da insurreição revolucionária.

Na luta pela tomada do poder, os explorados necessitarão do uso das armas, para que possam enfrentar a repressão da burguesia, que procurará se manter no poder a todo custo. Por isso é necessário lutar pelo desmantelamento do aparelho repressivo da burguesia e para ganhar para as posições revolucionárias uma fração das tropas do exército, que abrirão os arsenais para as massas insurretas.

A negativa das correntes de esquerda em defenderem a violência revolucionária é mais uma prova de que estão perdidas para a revolução, passaram para o outro lado, estão sob influência do inimigo de classe.

Nacional

Morre o ditador Geisel

Uma parcela dos parlamentares ditos democráticos ficou em dúvida se o Congresso deveria prestar homenagem ou não ao general Ernesto Geisel, afinal de contas o chefe da ditadura militar ficou conhecido por aplicar o AI-5 e fechar o parlamento temporariamente. Porém, o próprio Fernando H. Cardoso, um ex-exilado político pela ditadura, se encarregou de homenagear Geisel. As mais variadas tendências políticas da burguesia assinalaram que o general teve também o mérito de iniciar a abertura política e disciplinar os órgãos de repressão, que continuavam a assassinar militantes de esquerda (Hersog, Manoel Fiel Filho) e praticar abertamente o terror de Estado.

Um outro aspecto contraditório de seu governo, assinalado pelos burgueses, é que Geisel foi nacionalista, desenvolvimentista e ao mesmo tempo levou o Brasil ao maior endividamento de sua História. Como comentário marginal, é bom lembrar que o maior endividamento foi feito em 2 anos por FHC. Assim, uns elogiam seu nacionalismo estatizante e protecionista; outros o criticam justamente por essa linha. As diversas opiniões indicam as divisões existentes no seio da burguesia. Do ponto de vista do marxismo, portanto da política revolucionária, Geisel expressou uma variante de governo da ditadura de classe dos capitalistas con-

tra o proletariado e demais oprimidos. A ditadura militar é apenas uma forma de regime político, que assumem os capitalistas para poderem continuar a explorar e para superarem momentaneamente suas próprias divisões. A contra-revolução de 1964, que se prolongou até meados de 1980 (Geisel governou de 74 a 79 e fez seu sucessor o general Figueiredo), foi uma operação militar a serviço da estabilização do Estado, ou seja, do bloqueio totalitário da luta de classes, que se desenvolvia sob o débil governo nacionalista de Jao Goulart. O golpe de Estado foi desfechado contra o movimento operário, as Ligas Camponesas e a fração militar desobediente (ultranacionalistas).

O General Geisel apenas deu continuidade à ditadura até o momento em que a crise mundial se manifestou com a crise do petróleo e a superprodução. A ditadura nacionalista, embora tenha praticado o endividamento, passou a ser inócua para os interesses do imperialismo. Por outro lado, já não podia governar como um bonaparte por cima das frações burguesas. E também se esgotava o método puramente totalitário de controle da luta de classes, particularmente do amordaçamento total dos sindicatos. A abertura de Geisel foi uma imposição de todos esses fatores. Esgotado o regime de ditadura, havia de substituí-lo pelo regime semidemo-

crático.

A burguesia nacional se deslocava sob intensa pressão das potências para reformas desnacionalizantes e entreguistas. A ditadura militar já não mais servia aos desejos do capital financeiro mundial e já não havia o perigo proletário-campônês. A contra-revolução já havia cumprido sua função e o regime ditatorial já havia imposto o equilíbrio necessário entre as frações capitalistas cindidas no período pré-64. Para os explorados e os torturados nos pores da ditadura, vai tarde o ditador; para a burguesia, perdeu um de seus valiosos serviços. Porém, o que nos interessa da lição da ditadura é que se o proletariado no enterra historicamente a burguesia através da revolução, essa o esmaga seja pela contra-revolução, pela implantação de ditaduras, seja pela democracia capitalista.



Latifundiários preparam novo ataque aos Sem-terra

O fracasso do acordo do MST com o governo Covas ao redor dos assentamentos reavivou as ocupações de terra na região do Pontal (SP). A inviabilidade dos assentamentos em quantidade significativa empurra os

Sem-terra a retomarem as ocupações como instrumento de luta, ainda que sob a direção do reformismo petista e da Igreja, que pretendem utilizar as ocupações apenas como meio de barganhar com os governos estadual e federal. As ocupações da fazenda Riacho Grande e a ofensiva da chamada "operação eleições" constituem um avanço importante do movimento, mas não aponta para uma perspectiva de generalização da luta antilatifundiária, nem conta com o apoio do movimento operário e popular nas cidades, resultado da política corporativista e colaboracionista de suas direções.

mento de jagunços. O governo colabora com os latifundiários dando-lhes toda a proteção policial (mais de 300 homens da PM armados) para que pudessem se manifestar em favor da recriação da UDR. Covas não move uma palha para impedir o armamento dos fazendeiros, com o pretexto de que a contratação de "seguranças" privados é um direito assegurado pelas leis. O que mostra mais uma vez que o poder burguês só tem interesse em desarmar os explorados.

A tendência repressiva dos fazendeiros expressa sua avaliação da incapacidade do governo e do reformismo em conter as ocupações. Já que os acordos, o pacifismo, a Igreja, o reformismo e a conversamole não impedem as ocupações, então preparam mais banhos de sangue, para que sirvam de instrumento de intimidação física contra os sem-terra.

O pacifismo a serviço dos fazendeiros

Com o agravamento da violência nas cidades, aumenta a demagógica e hipócrita campanha da burguesia em defesa do pacifismo e do desarmamento das massas. A burguesia apregoa o monopólio estatal da violência, ou seja, que somente o Estado pode

e de suas famílias. A resposta dos latifundiários não pode ser outra senão a repressão. Primeiro, recorrem à polícia militar, manipulada pelo Estado. Caso não seja suficiente, partem para o armamento de jagunços.

As direções do MST e a Igreja repetem como papagaios a cantiga da burguesia de defesa da paz e do desarmamento. Um exemplo disso é o pedido do líder José Rainha para que a polícia federal intervenha para desarmar os fazendeiros, como se esta fosse neutra e não respondesse em favor dos latifundiários. Assim, os sem-terra partem para as ocupações e para enfrentar desarmados os jagunços ou a PM armados até os dentes. Qual é a tendência de um confronto nessas condições? É claro que aponta para mais um massacre. O pacifismo desarma os sem-terra para enfrentarem os bandidos latifundiários.

A resposta dos sem-terra deve ser a utilização da violência revolucionária

Apontamos que existe uma tendência a mais repressão sobre os sem-terra. Ela pode não acontecer imediatamente, se as direções do movimento conseguirem conter a radicalização das ocupações. Mas é preciso preparar a defesa dos sem-terra. O caminho só pode ser a autodefesa e a aliança operário-camponesa.

Defendemos que os sem-terra necessitam se armar para reagir com a violência revolucionária aos ataques dos latifundiários e da PM. Nada de pacifismo e de desarmamento, que só facilitam a repressão. É necessário organizar o apoio aos sem-terra em todas as frentes, a começar do movimento operário. Os sindicatos e a CUT devem chamar imediatamente uma campanha de defesa das ocupações e denúncia dos latifundiários. Construamos comitês de luta unitários e classistas contra a opressão política e social.

Essa linha se choca frontalmente contra a da conciliação de classes e o pacifismo, que predominam nas direções atuais dos movimentos. Por isso, para efetivá-la, é necessário avançar na construção do partido revolucionário, que encarna a linha da aliança operário-camponesa.

Sem a unidade com o movimento operário numa luta nacional de massas anticapitalista, o movimento dos sem-terra não conseguirá romper as barreiras que o separam da liquidação do latifúndio pela revolução agrária.

Nacional



Os fazendeiros reagem

O fracasso do acordo MST/Covas também levou à recriação da UDR reacionária. Os fazendeiros percebem a impotência do governo em conter o avanço das ocupações e estão dispostos a enfrentar os Sem-terra com o arma-

exercê-la, para manter a chamada "ordem", que é na verdade a ordem capitalista de exploração do trabalho. Enquanto reprime barbaramente as ocupações de terra, as greves com ocupação de fábrica, os protestos estudantis e populares, fica posando de pacifista e exigindo o desarmamento dos oprimidos.

Os sem-terra estão obrigados a recorrer ao método das ocupações de terra em defesa de sua sobrevivência

Campanhas Salariais iniciam-se sob contenção burocrática

Diversas categorias iniciam campanha salarial a partir de setembro. Primeiro os bancários e petroleiros, em seguida, metalúrgicos, químicos e plásticos, carnes e frios, vidreiros etc. Há forte disposição de luta contra o congelamento salarial e as demissões. O maior problema está na conduta das direções sindicais burocratizadas.

Os bancários tinham fortes motivos para entrarem em greve. A distância entre a pequena reivindicação da classe (de 600 reais de piso salarial e de 21,7% de reajuste) esbarrava na intransigência dos banqueiros, que ofereciam apenas 380 reais de piso e 8% de reajuste. É certo que havia na classe um receio imposto pelas demissões massivas. Tratava-se da direção sindical trabalhar pela unidade da classe para enfrentar os banqueiros e os governos. Mas os sindicatos fizeram uma campanha fraca, que pretendia utilizar uma provável greve parcial para pressionar por uma negociação que chegasse a índices menos vergonhosos. O resultado foi uma paralisação parcial que não tem forças para derrotar o governo e os patrões. Haveria de impulsioná-la e chamar a unidade de todos os bancários e de outras categorias. Nada disso foi feito.

No caso dos metalúrgicos de São Paulo, estabeleceu-se uma frente única anti-greve entre a CUT e a Força Sindical. Paulinho, dos metalúrgicos de S. Paulo, impôs como condição para o acordo que não se chamasse greve enquanto ocorressem as negociações com o patronato. Isso significa que não haverá greve. Depois de terminadas as negociações, em novembro, como é que se poderá chamar uma greve sem nenhuma preparação ou convocação?

Os bancários e os metalúrgicos exercem grande influência sobre os outros setores do movimento, em campanha salarial neste momento. Pelo caminho que as campanhas estão seguindo, não haverá unidade na luta, mas unidade nos acordos miseráveis.

A reversão desse quadro depende de uma profunda mudança de linha. A unidade precisa ser estabelecida pelos trabalhadores em assembleias, a partir da eleição de comandos de luta com poderes acima das direções corrompidas, subordinadas e sob controle das bases, e sobre a base de uma plataforma de reivindicações comuns de luta. Essa plataforma deve apontar para o combate ao plano antinacional e antipopular de FHC, do qual o congelamento salarial é uma das bases. E apontar

desde já o método grevista e de ocupações de fábrica e manifestações massivas de rua como meio para se derrotar os patrões e o governo.

Defendemos que se convoquem assembleias para rejeitarem todos os acordos anti-greve de Paulinho/Vicentinho e se colocarem:

• **Pela derrubada integral do Plano antinacional e antipopular do governo FHC**

• **Pela reposição salarial de todas as perdas e implementação da escala móvel de reajuste, pondo fim ao congelamento anual dos salários.**

• **Por um salário mínimo de 1500 reais**

• **Pelo fim das demissões e do desemprego. Redução da jornada de trabalho para 6 horas e escala móvel de horas de trabalho.**

NACIONAL

Atualidade do Marxismo

O Partido Operário Revolucionário (POR) realizou duas palestras-debate, uma em Natal e outra em João Pessoa, em torno do tema "Atualidade do Marxismo". A escolha desse assunto se deve à campanha burguesa de que o marxismo está ultrapassado pela nova realidade do capitalismo.

Os ideólogos burgueses e os reformistas capituladores afirmam que o marxismo é do século XIX e que a crise do "comunismo" na Rússia e Leste Europeu se encarregou de comprovar a inviabilidade do marxismo. Em realidade, é o capitalismo mundial que se decompõe, descarregando sua crise sobre as massas exploradas. Em toda a parte se agudiza a luta de classes. A guerra comercial entre as potências avança a olhos vistos. Os capitalistas internacionais, para protegerem o grande capital financeiro e multinacional, não só intensificam a superexploração como também aumentam a opressão imperialista sobre a maioria dos países semicolônias.

A restauração capitalista na ex-União Soviética é uma necessidade para desafogar a crise de superprodução e a fabulosa acumulação de capital financeiro parasitário. A via de destruição das conquistas revolucionárias do proletariado mundial não atestam a invalidez histórica do comunismo e, portanto, da ciência marxista. Atestam sim o caráter e o papel contra-revolucionário do estalinismo, que substituiu o programa marxista-leninista da revolução russa e do internacionalismo proletário pelo programa restauracionista

da tese do "socialismo em um só país", bem como da linha de convivência pacífica com o imperialismo.

Em sua essência, a doutrina marxista se baseia nas leis do desenvolvimento histórico, da luta de classes e da estratégia da ditadura do proletariado. Demonstra que o capitalismo se esgotou como modo de produção e distribuição. A contradição entre as forças produtivas e as relações de propriedade e apropriação capitalistas ganhou plena amplitude na fase imperialista, em que predominam os monopólios e o capital financeiro.

A solução de seus impasses vem através da barbárie social. É o que estamos presenciando no mundo todo. Se o proletariado não se contrapõe com a estratégia da revolução social e com o internacionalismo, a burguesia esmagará de maneira mais profunda ainda a vida dos trabalhadores. Se a restauração capitalista não for barrada pela revolução política, as conquistas históricas do socialismo serão substituídas pelo regime de escravidão assalariada, fome e miséria. Assim vemos que nem o argumento de que o marxismo é do século XIX e nem o de que o comunismo se mostrou inviável na União Soviética condiz com a realidade.

O capitalismo do século XIX (fase liberal) é regido pelas mesmas leis básicas do capitalismo de nossa época (capitalismo imperialista). A diferença está em que na atualidade expõe com mais evidência ainda as contradições originárias de sua formação, por se tratar da sua última etapa imperialista. Ao se falar da vigência do

marxismo, estamos obrigados a reconhecer sem atenuantes que o trotskismo é a continuidade do leninismo-marxismo. A tese da revolução permanente de Leon Trotsky comprova toda a sua validade não só por refletir as leis da revolução proletária como também a sua defesa contra o revisionismo estalinista.

A revolução permanente carrega em sua essência o princípio do internacionalismo proletário. É através do marxismo-leninismo-trotskyismo que podemos explicar o choque existente entre as condições objetivas do capitalismo apodrecido e o atraso histórico do movimento revolucionário internacional. É a partir daí que reconhecemos a crise de direção, que não se confunde com a tese burguesa de que o capitalismo é eterno e o comunismo impossível. A atualidade do marxismo está na tarefa de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



A PEC-233 aplaina o terreno da privatização do ensino

O Projeto de Emenda Constitucional (PEC-233), que levou o nome de PEC-30, foi aprovado no Senado. O Congresso Nacional nada mais fez senão referendar a proposta governamental, pois não é de hoje que o Ministro da Educação propagandearia a intenção de "ajustar" a Constituição aos objetivos da Reforma do Ensino.

Faz parte da reforma a redução da obrigatoriedade do Estado para com o ensino. Se na Constituição de 1988 se previa uma tênue obrigatoriedade do Estado para com o ensino até o fundamental, agora se pretende regulamentar a limitação dessa responsabilidade. Para isso, a PEC-30 introduz a "oferta gratuita de creche", exclusivamente à população de menor renda e "progressiva universalização do ensino médio e pré-escolar". O que quer dizer que o Estado não cumprirá o papel de ofertar o ensino público e gratuito a toda população.

A Emenda Constitucional cria o "Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério". Ou seja, prevê, nos dez primeiros anos, a aplicação de 60% dos recursos ao ensino fundamental e a distribuição das "responsabilidades" e recursos entre os Estados e seus municípios. Quais os problemas que estão por trás dessa mudança?

1) O Projeto de Emenda não se refere ao montante geral a ser aplicado na educação. Os 3,5% do PIB destinados ao ensino são reconhecidamente uma quirela. O governo acena em aumentar esse montante, mas de antemão sabemos que nada de significativo acontecerá, uma vez que a tendência predominante é de descarregar o Estado do ensino público.

2) Se na Constituição de 1988 se previa 50% dos recursos para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino

fundamental, agora estica para 60%. Aparentemente, trata-se de uma melhoria. Ocorre que os 10% a mais acrescidos para o ensino fundamental serão retirados do orçamento do segundo grau e das universidades públicas. Vamos assim que os 10% não modificarão substancialmente a situação calamitosa do ensino fundamental e que, por outro lado, debilitarão os demais graus já profundamente deteriorados. Esse jogo de transferência de verba de um nível para outro apenas mascara o objetivo central que é o de privatizar o grau médio (colegial) e universitário. Se já existe um afunilamento brutal do acesso ao estudo médio e universitário, com tal medida o fechamento ainda será maior. Em nome de favorecer as camadas pobres das massas, assegurando-lhes o ensino fundamental, o Estado burguês não faz senão reduzir ainda mais as perspectivas do ensino público e gratuito nos demais níveis.

3) O Fundo será constituído de 15% dos recursos, que serão distribuídos entre os estados e municípios de acordo com o número de alunos. Para isso, estipulou um "custo-aluno" em torno de 300 reais anuais, o que equivale a 25 reais por mês, para alfabetizá-lo; e, segundo o governo, torná-lo "apto para um mercado de trabalho mais exigente". Esses números apenas mostram o baixíssimo investimento estatal na educação. O incremento prometido pouco efeito terá nessas condições.

4) Utilizar no mínimo 60% dos recursos de cada Fundo para o pagamento dos professores do ensino fundamental, que estiverem em exercício. Pretende-se com isso um piso médio nacional de 300 reais. É preciso ter claro que por ser uma média não garantirá esse montante a todos os professores. Em realidade, nos estados nordestinos em que o salário quando muito chega ao mínimo de 112 reais o piso não alcançará os 300 reais. E mesmo que chegue, como promete o governo, através de uma complementação federal, o piso de 300 reais mantém a penúria dos trabalhadores em educação, uma vez que o salário mínimo vital já ultrapassou os 1500 reais. Sem dizer que separa os educadores que estão na ativa dos aposentados. Para estes nada se garante.

5) Restringe a regulamentação da "autonomia" universitária. Na Constituição de 1988, previa-se formalmente que as universidades tivessem autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira. Nada se efetivou, porque o Estado repassava os parcos recursos e as universidades se degladiavam para se manter em pé. Sem dizer que o Estado é quem a controlava, através da escolha dos reitores etc. Mesmo com toda essa precariedade, a nova Emenda Constitucional criou um parágrafo que diz: "A Lei poderá esten-

der às demais instituições de ensino superior e aos institutos de pesquisa diferentes graus de autonomia". O que mostra que o Estado não poderá permitir nem mesmo a pseudo-autonomia anterior. Fica evidente que o governo pretende limitar a legislação referente a autonomia universitária para manipular mais desembaraçadamente o processo de privatização.

A falsa oposição da CNTE e sindicatos

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, dirigida pelos reformistas, elaborou um comentário para servir de base às discussões dos sindicatos. O texto apresenta a Emenda 233, que se transformou no Senado em PEC-30, e uma explicação do seu conteúdo. Parte do pressuposto de que há pontos positivos e negativos. Entre os "positivos" diz:

1) "O Fundo proposto não deve ser condenado a priori, se contar com recursos federais substanciais, pelo menos nos dez próximos anos...". Na verdade, aceita a manobra da descentralização dos recursos, forma encontrada pelo Estado para se livrar dos encargos da educação. Não pode haver dúvida na intenção do governo em mutilar os níveis públicos de ensino médio e universitário e dourar a pílula em relação ao fundamental. O tal Fundo vem nesse sentido. Por isso, deve ser denunciado implacavelmente. É evidente que não se trata do fundo em si mesmo. É preciso vê-lo em relação a todo Projeto neoliberal privatizante.

2) Não condena a farsa do governo de custo-aluno. Arruma uma fórmula para aparentar oposição, mas de fato capitula. Assim, cria o "custo-aluno-qualidade", que resultaria de dois componentes: de um lado, a qualidade do ensino (salário, jornada, material e novas tecnologias) e, de outro, os parâmetros de organização do ensino (número de alunos por classe, por professor, calendário etc). A partir daí se estipularia os "preços médios anuais". O distraçionismo oposicionista dessa fórmula é evidente. Por um lado, desvia a atenção do real objetivo do governo de estabelecer um cálculo que justifique descarregar o Estado da obrigação com o grau médio e universitário. Por outro, obscurece o essencial do financiamento da educação pelo poder público. Ou seja, o esmagamento salarial, a redução drástica de funcionários, o aumento de alunos por sala de aula, ausência de livros gratuitos para todos etc. Ao contrário de se prender nos meandros da forma de cálculo (custo-aluno), devemos opor à PEC-30 um plano de reivindicação e luta. Mas a CNTE não faz isso porque os reformistas que a dirigem estão envolvidos no cipoal parlamentar legislativo.

3) A direção da CNTE já assinou o



"Pacto de Valorização do Magistério", que determina os 300 reais de piso. Agora corre atrás para corrigir às chamadas distorções da PEC-30. Na verdade, estão ajoelhados diante da Reforma de Ensino do Banco Mundial, que prevê os cortes estatais ao ensino público e a privatização em larga escala. A PEC-30, ou a chamada PEC-233, nada mais é senão a materialização de tais objetivos.

É necessário derrubar a Reforma Educacional Neoliberal

É falsa a apreciação dos reformistas de que existem pontos positivos e negativos na PEC-30, bastando apenas modificar os itens indesejáveis através da pressão parlamentar. A essência dessa reforma está em contrapor o ensino fundamental aos demais níveis de ensino público. Trata-se da linha privatizante ditada de fora para dentro do país pelas agências do imperialismo, como

consta do Plano Decenal. Obscurecer esse conteúdo de base é renunciar à luta em defesa do ensino público e gratuito. Eis por que nossa posição deve ser de rechaço ao conjunto da reforma.

Em contraposição, levantamos um plano de defesa da educação que tenha por base vinculá-la à produção social, torná-la acessível às massas populares em todos os níveis de aprendizagem, torná-la verdadeiramente autônoma através do real controle pelos educadores e educandos e, enfim, exigir uma verdadeira solução para as condições de trabalho, que passa por implantar um piso salarial de 1500 reais. Tal programa deve se dirigir à conquista da escola única, pública, laica e gratuita. O que implica na destruição e estatização de todo sistema de ensino privado e outros mecanismos de classe impeditivos aos explorados terem acesso à educação.

Não se pode desconhecer que a es-

cola que temos expressa a sociedade capitalista e suas divisões de classe. Uma vez em crise estrutural, esse sistema tende cada vez mais alijar as massas da educação e reduzir o ensino ao mais elementar possível de acordo com as estritas necessidades de reproduzir a exploração do trabalho. A reforma governamental vem nesse sentido, como parte do plano mais geral do neoliberalismo.

Lutar pela derrubada de tal diretriz antipopular e antinacional significa combater o capitalismo e trabalhar pela sua transformação através da revolução social. Todos aqueles que desvinculam a crise do ensino da crise histórica do capitalismo acabam se submetendo ao domínio burguês.

Educação

A luta estudantil na UECE

A nova Reitoria da UECE foi escolhida pelo governador do Ceará Tasso Jereissati (PSDB). O PT faz parte de seu corpo administrativo. Agora, já fica claro seu papel. Os reformistas e burocratas apareceram com um novo discurso junto à comunidade estudantil defendendo a cobrança de taxa. Propagandeiam que a taxa é uma forma disciplinar. Ou seja, serve para punir os alunos indisciplinados.

Ora, sabemos qual o verdadeiro conteúdo da cobrança: o de arrecadar fundos diante dos míseros recursos despendidos pelo governo e preparar o terreno da privatização. É preciso recordar que o movimento estudantil da UECE derrubou as cobranças anteriores. Pretende-se agora o seu retorno. A única unidade da UECE que hoje paga taxa para se utilizar a biblioteca é a do interior de Quixadá, na Faculdade do Sertão Central e Letras. E sabem por quê? Porque na direção do ME estão os reformistas do PT.

Nesse sentido, é necessário rechaçar qualquer tipo de cobrança de taxa. Lutamos para que o Estado financie todo gasto com o ensino. Não podemos permitir que o governo e a burocracia universitária dêem um só passo em favor da privatização.

É necessário construir uma direção revolucionária para o movimento estudantil da UECE

O DCE da Universidade Estadual do Ceará está há mais de um ano abandonado. A sua gestão está composta pelas correntes "Avançar na Luta" (LBI), "Crise da Fruta" (PT) e "Reviravolta" (PSTU). A primeira a abandonar o DCE foi o Avançar na Luta (LBI). Em seguida, as demais forças políticas fizeram o mesmo. A inseqüência e irresponsabilidade dessas direções são evidentes. É assim que vêm desmoralizando o DCE.

O que mais chama a atenção, nas discussões sobre o DCE, é o fato do PSTU (Reviravolta) denunciar o abandono da LBI (Avançar na Luta), quando faz parte da última gestão. Essa conduta de disfar-

çar sua responsabilidade é própria dos centristas e aparelhistas. Recordemos que o PSTU fez a mesma coisa com o Centro Acadêmico da Pedagogia. E por que age assim? Para concorrer novamente para as eleições do DCE, escondendo sua política imobilista e liquidadora, tanto quanto a da LBI e do PT.

As eleições para o DCE estavam marcadas para os dias 17 e 18 de setembro, porém, novamente foi adiada para os dias 23 e 24 de outubro. Sabem por que adiaram? Porque setembro é período de eleições municipais. O PT e PSTU estão coligados com PCdoB, PSB e PCB. Então, ficaria difícil para a base entender a disputa aparelhista dessas correntes em torno do DCE. Por outro lado, essas correntes não podem dispensar atenção às eleições do DCE, quando estão enterradas até o pescoço em busca de votos para as candidaturas municipais.

Essa situação da UECE mostra bem por que o movimento estudantil se encontra desestruturado. Isso quando a reforma privatizante do governo neoliberal avança livremente. Está, portanto, colocada a tarefa de constituir uma direção revolucionária, apoiada num programa de combate antiimperialista e anticapitalista e ligada às bases.

Sem dúvida, não serão as eleições do DCE que resolverão a crise de direção estudantil da UECE. Somente um trabalho cotidiano entre os estudantes e os combates diretos contra a opressão capitalista permitirão o surgimento de uma vanguarda revolucionária. A disputa em torno do DCE deve servir para se fazer um balanço crítico radical da política do centrismo (PSTU), do aventureirismo esquerdista (LBI), do estalinismo (PCdoB) e do reformismo (PT). E colocar para os estudantes um programa de defesa da escola pública, do ensino vinculado à produção social, de real autonomia universitária e de combate ao capitalismo, que inclui a luta antiimperialista. Sob essa linha, organizar a vanguarda voltada ao trabalho de base desde as salas de aula até as assembléias, reuniões e manifestações.



Ceará – Manifesto da Educação

Este Manifesto foi aprovado pela plenária do VIII Encontro da Pedagogia da UECE, por proposta do Centro Acadêmico de Pedagogia:

Educação

A defesa da educação voltada aos trabalhadores é e sempre foi fundamental. Cada vez fica mais premente e aguda tal necessidade, já que a sociedade de classes em crise tende a marginalizar a maioria explorada da educação e a destruir conquistas do ensino público, gratuito e laico.

Não foi por acaso que o tema de nosso VIII Encontro se concentrou na caracterização das novas formas por que passa a crise da educação, da política educacional do governo neoliberal (pró-imperialista) e das respostas que os estudantes e trabalhadores devem dar, como parte do movimento social mais amplo da classe operária e demais oprimidos. Entre inúmeros aspectos, destacou-se a impossibilidade do capitalismo permitir o acesso da maioria trabalhadora, em todos os níveis de ensino; em eliminar o analfabetismo e em elevar a cultura geral das massas populares. Ao mesmo tempo, o sistema econômico baseado na exploração do trabalho e concentração de riqueza mutila a escola e expulsa os estudantes pobres do processo educacional.

Tal mutilação se dá por inúmeras vias e métodos. Citemos alguns aspectos: 1) Riquíssimo dispêndio de apenas 3,5% do PIB; 2) Redução das verbas orçamentárias para a educação e outros serviços públicos; 3) Esmagamento das condições de vida, tra-

balho e formação dos professores; 4) Implantação do Teleensino; 5) Reformas neoliberais impostas pelo imperialismo através do Banco Mundial, que implicam na "municipalização", "parcerias" e privatização, a começar pela Universidade.

Os governantes e seus porta-vozes no meio acadêmico dizem que nossa escola é arcaica porque não consegue resolver os altos índices de evasão, repetência e pouca assimilação dos conteúdos. Dizem isso para, em nome da modernização e tecnificação do ensino, aplicarem a diretriz neoliberal - como consta do Plano Decenal e das várias versões dadas pelos governos estaduais. Alegam isso para pôr em marcha um plano que tem como fundamento a tese de que ao Estado cabe apenas cuidar do ensino fundamental e que os níveis restantes devem passar aos cuidados das empresas de ensino.

A verdade é que o arcaísmo da escola se deve ao próprio sistema de relação de exploração do trabalho e acumulação de riqueza que utiliza a educação apenas de acordo com os interesses capitalistas. A evasão, repetência e pequena assimilação são antes de tudo fenômenos econômicos-sociais. É na base das contradições de classe que vamos encontrar as raízes do dilaceramento da escola e das condições adversas de aprendizagem das crianças provenientes dos trabalhadores da cidade e do campo. É aí que está a fonte da fome, da miséria, do analfabetismo e da mutilação das faculdades físicas e mentais dos explorados. É aí também que se encontram as causas do arcaísmo da escola capitalista, totalmente desvinculada da produção social e das reais necessidades científico-culturais do país.

Enquanto continuar a crescer o desemprego, a favelização, a expulsão dos camponeses das terras e toda sorte de chaga social maior, será a crise do ensino público. Não haverá reforma alguma "modernizante" na pedagogia e nos meios técnicos que possa tirar a escola do precipício em que foi atirada enquanto imperar a base econômica e social em que se assenta a escola.

Assim não podemos aceitar as teses que desvinculam a crise permanente do ensino do caráter de classe

da sociedade, do estágio de decadência histórica do capitalismo e da tremenda opressão econômica e cultural dos explorados. Também rejeitamos as medidas do Plano Decenal aplicado pelos governos, uma vez que conduz à destruição da escola pública e ao fortalecimento do ensino privado.

Denunciamos terminantemente a farsa da denominada participação comunitária, que mascara a implantação da "descentralização", "municipalização" e "parceria" do ensino público com as empresas.

Em oposição a essa parafernália anti-educação, defendemos o fim do sistema privado do ensino e a implantação da escola única, pública e laica; uma escola voltada às necessidades dos trabalhadores, por isso, uma escola em que haja a unidade entre a teoria e a prática alcançada na sua relação com a produção social; defendemos um salário mínimo real que de fato supra todas as necessidades; fim do desemprego, fim da exploração do trabalho do menor, estabelecendo a obrigatoriedade de seu maior tempo a ser dedicado aos estudos e lazer; por uma escola em que todos tenham acesso a todos os níveis; controle real da educação pelos estudantes, mestres, funcionários e pais; financiamento total do ensino pelo Estado, em que as necessidades serão calculadas pelos próprios integrantes do ensino e organismo de classe dos trabalhadores.

Sabemos que essas reivindicações democráticas, tão elementares, não podem ser atendidas pelos capitalistas sem que as massas oprimidas lutem a fundo por elas. Também sabemos que nenhuma reforma arrancada da classe dominante terá durabilidade, por isso elas devem ser apenas um passo para atingir a tarefa maior de superar o capitalismo por uma nova sociedade sem classes, de onde nascerá uma nova escola, em que o homem livre da exploração poderá desenvolver cientificamente suas capacidades.

Centro Acadêmico da Pedagogia



VIII Semana da Educação da UECE

O Centro Acadêmico de Pedagogia elaborou para a Oitava Semana da Educação um temário voltado à discussão e defesa do ensino público e gratuito. Durante os dias 23 a 26 de setembro, estudantes e professores debateram problemas como Conjuntura e Educação, Crise do Ensino e Escola Pública, LDB e Plano Decenal, Tele-ensino etc.

Os militantes do POR deram total atenção à Semana, enquanto que as demais correntes de esquerda corriam atrás da campanha eleitoral, no estilo caça votos. O conteúdo da discussão e a disposição dos participantes comprovaram a importância do acontecimento.

No final da Semana, o Centro Acadêmico apresentou um Manifesto da Educação, cujo conteúdo procurou expressar a essência das principais colocações e conclusões. A seguir resumimos alguns pontos que julgamos de maior relevância.

A diretriz governamental para a educação

A Semana se pautou por uma rigorosa crítica à reforma educacional do governo Fernando H. Cardoso. Caracterizou-a como neoliberal privatista e destruidora do ensino público e gratuito. Prova disso são o Plano Decenal, a nova LDB, a PEC-30 e os projetos estaduais.

O direcionamento de tal linha se resume em distinguir o ensino fundamental do segundo (colegial) e terceiro (universitário) graus quanto à importância para o financiamento estatal. Segundo essa tese, caberia ao Estado racionalizar os gastos, destinando a maior parte das verbas para o nível fundamental. Em contrapartida, os demais níveis ficariam ao encargo do sistema privado. A ideia é de gradualmente desfazer o Estado da responsabilidade com os níveis não fundamentais.

A chamada descentralização administrativa-financeira e a centralização pedagógica, bem como todos aspectos da "municipalização", expressam esse conteúdo anti-ensino público. Submetida essa orientação ao exame da Semana, se verificou que por detrás dela está a mão do Banco Mundial, uma instituição comandada pelos credores internacionais, ou seja, pelas potências imperialistas. O governo brasileiro não faz senão implantar uma reforma ditada de fora e pelos interesses financeiros externos. Verificou-se que não é por acaso que em toda América Latina os governos submissos implantam a mesma reforma.

Fracassos do capitalismo frente à educação

Como sistema de exploração do trabalho e concentração de riqueza, o capitalismo não pode dar acesso ao ensino a todos. Nos países semicoloniais, ou seja, caracterizados pelo atraso econômico, dominado e saqueado pelo imperialismo, essa contradição é mais explícita. Nos países adiantados, a crise estrutural os obriga a retroceder em conquistas sociais do passado, excluindo cada vez mais vastas camadas dos explorados da educação. Portanto, trata-se de um fenômeno geral, que expressa a base econômica em que se assenta a escola.

No Brasil, país semicolonial, vemos aguçado o problema, uma vez que a pobreza absoluta atinge mais de 30 milhões de seres, 20 milhões sobrevivem com menos de um a um salário mínimo, 70% da força de trabalho ganha até três salários mínimos e o trabalho infantil estafante atinge milhões. Assim, a persistência do analfabetismo, da repetência em massa e evasão escolar apenas projetam a estrutura econômica e social do país.

Essa calamidade se expressa nos níveis mais adiantados do ensino. Não mais do que 20% dos que terminam o

primário concluem o colegial e apenas 1,5% dos estudantes chegam às universidades. Com as medidas privatizantes, o governo agudiza esse quadro de bloqueio social à educação das massas populares.

Um outro aspecto do fracasso do capitalismo frente ao ensino diz respeito à baixa qualidade. Em nosso país é flagrante a desqualificação. Os reformistas e muita gente bem intencionada dão a entender que o problema se resume nos velhos métodos de ensino, ainda que reconheçam outros aspectos, incluindo o social, cuja evidência ninguém pode esconder. Agora, com a demagogia governamental da introdução da tecnologia na escola (computadores, tele-ensino etc) ficam exultantes. O que mostra que desconhecem ou negam o fundo da questão. Ou seja, não compreendem que a qualidade do ensino está vinculada ao divórcio da escola com a produção social.

A divisão social do trabalho capitalista impõe às massas a separação entre o trabalho físico e a atividade intelectual. Os operários e demais oprimidos devem servir apenas de força de trabalho braçal para alimentar a acumulação de capital. A aprendizagem destinada a eles deve se circunscrever restritamente ao funcionamento da produção e produtividade, que resulta em aumento da exploração. Está aí por que a escola não tem outra meta senão alfabetizar uma parcela necessária e adestrá-la em "conhecimentos" mecânicos. Para isso, a escola não precisa estar vinculada à produção social, onde se consome toda vida dos trabalhadores.

Ao contrário disso, seria estabelecer uma função científica e transformadora à escola. Ou seja, a função de revelar as leis de funcionamento da natureza e da sociedade de classe. Tal aprendizagem, que implica tirar o conhecimento da objetividade da realidade exterior e que por sua vez implica na unidade da teoria com a ação prática, não pode chegar às massas. O conhecimento universal concreto e o método dialético de pensar para as massas é incompatível com o modo de produção burguês, já que estas estão organizadas socialmente na produção como força de trabalho escrava e alienada.

A escola destinada aos trabalhadores é a que estabelece um precipício entre atividade produtiva e a atividade vital consciente do trabalho humano. Para a classe capitalista, trata-se de manter o trabalho alienado das massas. A escola burguesa deve estar de acordo com essa dominação e opressão de classe. É aí que encontra a baixa qualidade do ensino e onde se esbarra a mais "moderna" pedagogia.

A defesa conseqüente da educação contra a desqualificação e destruição das condições para a sua existência depende da luta pela escola vinculada à produção social, que como tal resulta na implantação do controle operário da produção e no avanço da tarefa histórica de destruição da sociedade de classe. A real transformação da escola está na razão direta do proletariado avançar a revolução social.

Ocupação
Educação



Uma entidade agonizante

No dia 21/09, foi realizado no Sindicato dos Químicos a posse da nova diretoria e Conselho de Representação da entidade.

O trabalho de dispersão da nova diretoria, com adiamento do CR., desencontro de horários e nenhuma divulgação resultou num CR. vazio e despolitizado.

A fraude das urnas volantes, além de varrer com a "velha" diretoria, "varreu" também com vários companheiros, que de certa maneira se opunham à política conciliatória da diretoria, transformando o conselho numa verdadeira reunião de comadres.

A tática da diretoria de rebaixar as reivindicações apenas à manutenção dos R\$ 80,00 foi a tônica de toda a reunião. Assuntos como Municipalização e Reforma Administrativa, ao invés de serem inseridos no mesmo contexto, mostrando à categoria qual é a meta do neoliberalismo para a Educação, foram tratados em separado com propostas de fóruns de debate e comitês municipais pela educação.

Em nenhum momento a diretoria se propôs a discutir sobre a reforma admi-

nistrativa que quebra a estabilidade do funcionalismo, congela os salários já arrojados e extingue as vantagens funcionais, como "Licença Prêmio", "Sexta Parte" etc., dizendo que a Secretaria da Educação "talvez" mantenha os R\$ 80,00 e que confia no governo, devido este ano ser eleitoral.

A pauta da reunião com as propostas da diretoria, antes mesmo de serem discutidas, já tinham sido aprovadas pois, ao término da reunião, já circulava o Boletim Urgente com data de 24/09, com todas as propostas inclusas.

Este gesto mostra que os membros da categoria presentes, na sua maioria diretores regionais e pausmandados, corrompidos pelos privilégios que o sindicato dá, estão controlados pela burocracia sindical, e utilizados para aplicar a sua política.

A tarja preta a ser usada no dia 30/09 ao dia 08/10 como forma de protesto à política salarial do governo Covas, além de se aproximar das manifestações pequeno-burguesas, se contrapõe à verdadeira essência de luta dos sindicatos.

Os trabalhadores não podem se submeter a esses métodos que são estranhos à classe, que não são mais nem de conciliação e sim de subordinação à burguesia. É necessário, que os trabalhadores tomem os sindicatos em suas mãos e varram com esta burocracia parasitária que faz do sindicalismo uma profissão.



Judiciários SP

Reforma do Judiciário contra os judiciários

Está em discussão na Cúpula do Tribunal de Justiça a reforma do judiciário. Entre as várias propostas, a que está gerando mais polêmica é a do *Efeito Vinculante das Súmulas dos Tribunais Superiores*.

Tal proposta tem por objetivo descongestionar os Tribunais de 1ª instância, evitando a repetição de processos idênticos, já que as Súmulas seriam por antecipação sentenças para casos futuros. Teriam portanto força de lei.

Entretanto aos trabalhadores do judiciário pouco importa se as decisões judiciais são tomadas por Juízes reacionários ou os ditos "progressistas", se são tomadas em 1ª ou 2ª instância, pois na essência defendem a mesma coisa, ou seja, a perpetuação do sistema de exploração capitalista, onde os códigos, leis, súmulas etc., são a expressão do pensamento e dos interesses da classe dominante, a burguesia, e por ela são criados para pode-

rem continuar com sua ditadura de classe e perpetuarem sua exploração à classe operária e às demais classes oprimidas.

O problema que se coloca para os trabalhadores do judiciário é que essa conversa de agilização processual, Reforma do Judiciário etc., serve unicamente para enxugar o quadro de funcionários (preparar demissões). Isso faz parte do processo de recolonização imperialista e é uma imposição do grande capital internacional aos países semicoloniais.

A reorganização da classe nesse sentido torna-se uma necessidade, pois, com a aprovação da reforma administrativa que está em andamento, a demissão em massa atingirá também os funcionários do judiciário.

É hora de acordarmos, precisamos formar os Comitês de Mobilização por prédios e comarcas e integrá-los em um *Comitê de Mobilização Estadual*. A partir disto poderemos nos mobilizar de forma unitária e procurarmos as outras categorias do funcionalismo público para realizarmos um amplo movimento, que através da ação direta, e sem cair nas armadilhas de pressões parlamentares e acordos às costas da classe, poderemos varrer com as ameaças sobre nossos empregos.

História do Trotskismo no Brasil

O Governo Dutra e Repressão aos Movimentos

Continuando o relato do desenvolvimento do trotskismo brasileiro, vimos no **Massas 118** as plataformas dos estalinistas do PCB e dos trotskistas do PSR para as eleições de 1946/47, ou seja da Frente Popular contra a Frente Única Proletária. Desta vez veremos como estalinistas e trotskistas atuaram perante o governo de Dutra.

A onda grevista generalizada decorrente da tentativa do governo controlar a inflação com recessão e desemprego, logo após o fim da guerra mundial, fez com que a burguesia, em 1946, cobrasse de Dutra medidas para o término imediato destas. Este decreta a lei 9070, que impõe tantas condições para o reconhecimento das greves, que acaba não reconhecendo-as. Além deste fato, Dutra suspende as eleições sindicais por um ano, e decreta a intervenção nos sindicatos que se solidarizarem com as greves, na tentativa de evitar que as correntes de esquerda controlassem os sindicatos.

O PSR partia para a organização dos grupos de fábrica, se colocando contra o fechamento das fábricas, falidas por causa da recessão, e que suas reaberturas fossem acompanhadas da escala móvel das horas de trabalho.

Já os estalinistas, vendo-se impossibilitados de continuarem seu trabalho dentro da estrutura sindical, procuram organizar a Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB) de forma paralela à estrutura oficial, mas não imposta pela luta, mas que seria alcançada através da *demonstração de boa vontade frente à ordem*, cedendo nas votações da Constituinte.

A luta contra o movimento grevista fez com que as principais frações burguesas (PSD-UDN-PR) se unificassem para reprimir o movimento sindical. Ao mesmo tempo, no campo internacional,

o primeiro-ministro inglês Churchill deu o pontapé inicial à política da "guerra fria", e Dutra aproveita o ensejo para colocar o PCB novamente na ilegalidade. Os estalinistas foram pegos de surpresa, pois confiavam cegamente que as leis burguesas impediriam o processo de fechamento partidário, e nem se preocuparam em mobilizar as massas, aliás achavam que mobilizando as massas poderiam criar barreiras para que o Supremo Tribunal Federal não concedesse o direito de existência.

Os trotskistas, ao analisarem esta situação, procuram mostrar como a linha sem radicalismo do PCB e de apoio à "inexistente" fração progressista da burguesia levou a classe operária a se prostrar perante a repressão e intervenção nos sindicatos por Dutra. Em contraposição propunham uma frente de ação conjunta em defesa dos sindicatos e contra o integralismo.

Em 1951, Vargas é eleito novamente presidente do Brasil, eleito com um programa nacionalista, de favorecimento da industrialização. Reinicia sua política de aproximação com as massas, como o aumento de 100% sobre o salário mínimo (congelado desde 47, mas que não foi suficiente para recompor as perdas). Não precisou articular nada contra o PCB ou seus militantes, pois estes, devido a sua política de zig-zags com as frações burguesas, em processo de franca decadência, não ofereceriam nenhum tipo de perigo à sua política.

Já o PSR, sofre com os acontecimentos que desestruturaram a *IV Internacional* e que veremos em nossa próxima edição.

Internacional

Bolívia: Preparam a traição aos camponeses

Arremetida governamental

Permitiu-se a divisão interna do movimento camponês. Avançam as conversações dos indígenas do Leste e o governo demagogo.

Percebe-se fissuras no bloco dos camponeses e cocaleiros. Os meios de comunicação apresentam alguns delegados de camponeses (que detiveram sua marcha) participando já das conversações com o governo.

A tática oficialista consiste em usar o argumento do diálogo para dividir os camponeses e para legitimar o plano de aprovar a Lei INRA com o engano parlamentar.

Como se vê, o poder executivo segue mantendo a iniciativa, o que lhe permite levar adiante seu plano de lançar uma lei, na qual estejam lado a lado empresários agroindustriais e os camponeses sedentos de terra.

Atitude traidora dos burocratas

Repetimos que a debilidade do atual movimento camponês está na ausência da direção proletária, que podia não somente unificar os marchistas e soldá-los com uma mobilização popular de alcance nacional, como também potenciar sua luta pelos objetivos encaminhados a dar solução radical ao problema da terra e das nacionalidades.

Há que sublinhar que essa ausência de direção política operária debilitou, desde o primeiro momento, um movimento que aparecia com perspectivas favoráveis.

Os responsáveis deste fato lamentável?

Nenhuma dúvida cabe que os burocratas que usurpam a direção da COB.

Os burocratas de turno se limitaram a lançar promessas de socorro material aos marchistas. Em nenhum momento cogitaram assinalar as limitações das demandas camponesas e nada fizeram para colocar o movimento pelas bandeiras que sejam a resposta aos problemas fundamentais de todos os setores sociais.

É indiscutível que limitar o problema atual à discussão fechada ao redor da Lei INRA só pode levar os camponeses ao fracasso.

As emendas projetadas à proposta governamental não podem solucionar o problema da terra nem do território, pois se parte da consagração da coexistência dos capitalistas junto aos proprietários camponeses. Dessa maneira se abrem as portas para que os empresários possam tragar toda a terra.

Esquece-se do problema fundamental que está na urgência dos camponeses recuperarem toda a terra, o que somente pode dar-se se o movimento atual se projetar para a derrota da política global da burguesia e seu governo. O lamentável é que essas questões não existem para os burocratas.

A derrota que se projeta

Podemos adiantar que todos os passos que vem dando o governo, sob a tolerância dos burocratas, encaminha-se a "legalizar" seu projeto de repartir a terra entre empresários e camponeses (importa pou-

co em que proporção), tudo com a ajuda da corja do parlamento.

Quando se materialize este objetivo as possibilidades de luta do campesinato se verão diminuídas. A burguesia no poder voltará a abrir a possibilidade da concentração de terras nas mãos capitalistas. Para o governo o progresso só pode encarnar nos empresários, que para materializar seus planos têm que usurpar a terra dos camponeses.

Se buscamos preparar a luta para o futuro, temos que apontar aos camponeses que a solução radical dos seus problemas está em que usem a ação direta (não o parlamento nem a busca do diálogo com o governo) conduzindo à tomada de todas as terras e à autodeterminação das nacionalidades atualmente oprimidas.

Reiteramos que tudo isso só poderá materializar-se se a política revolucionária do proletariado consegue concretizar-se na aliança operário-camponesa e se oriente rumo à destruição da burguesia e de seu governo.



Bolívia: O que dizem os burocratas demagogos diante da tomada de Capacirca pelos mineiros?

O movimento operário boliviano levantou alto a bandeira de ocupação das minas, que os burocratas demagogos renomearam como "tomada" a fim de desvirtuá-la.

Os dirigentes da Federação de Mineiros, por mais burocratizados que estejam, estão obrigados a materializar os princípios programáticos da organização, senão ingressam nas filas dos traidores. Neste último caso corresponde às bases expulsá-los da direção, a fim de não separar-se da luta de classes.

Os fatos

Os trabalhadores mineiros de Capacirca (norte de Potosi, próximo a Siglo XX) se levanta-

taram contra os excessos cometidos pelos patrões contra eles e diante da discussão de projetos para entregar algumas minas auríferas da região a uma poderosa empresa canadense. Por esse caminho chegaram a ocupar a mina e agora a mantêm em produção. Pode-se dizer que se impôs, por vontade soberana dos trabalhadores, a autogestão.

É preciso destacar que para a alta direção da Federação de Mineiros não existe nada disso, pois ela somente quer palavras e demagogia. Isso explica porque não pode atuar junto às massas e conclui diluindo na palavra.

A conduta da burocracia

Os trabalhadores de Capacirca foram abandonados a sua sorte pela burocracia.

Pode-se argumentar que essa mina e seus operários são de pequena dimensão. Trata-se de uma objeção malintencionada. De forma perma-

nente se vem lutando, predicando para efetivar a ocupação das minas; quando se dá (trata-se de um caso excepcional), a burocracia se limita a ignorá-la.

Reiteramos que agora se trata de arrancar as minas das mãos de Goni e das multinacionais.

A medida foi materializada, mas a burocracia acredita que será quebrada com seu esquecimento; está atuando como defensora do grande capital, como inimiga dos explorados.

A resposta dos operários: acabar com os burocratas traidores!

Generalizar a ocupação

Aos operários que estão lutando não se pode abandonar. Há que dar-lhes condições materiais, dar-lhes direção. A FSTMB deve assimilar essa grande lição das bases, a fim de poder generalizá-la.

Se não procede assim, a burocracia tagarela se fará sepultar.

Significado do projeto de código de mineração

Destruída a estatização

Já dissemos que não é a lei o que transforma a realidade, mas as modificações desta é que exigem um ordenamento jurídico novo.

Os que buscam transformar a realidade com a ajuda da lei estão caminhando com os pés para cima, são idealistas, subjetivistas.

Neste plano a realidade é a grande mestra. O governo burguês de Goni penhorou as empresas estatais em favor das multinacionais. Somente depois de consumada essa tarefa antinacional tratou de reformar a legislação.

Como estão privatizando aceleradamente as minas, se impõe com urgência ditar uma lei

modificando as tarefas da Comibol. É por isso que o projeto de Código de Mineração diz a respeito o seguinte:

"Art. 86 - A Comibol é uma entidade estatal autárquica [...] encarregada da direção e administração, sem realizar diretamente atividades mineradoras (esta espécie de castração é fundamental, [Nota da Redação]), e somente mediante contratos de tipo compartilhado, prestação de serviços ou arrendamento[...]"

"A Comibol pode realizar atos de disposição a respeito daquelas concessões mineiras que não tenha sido objeto de nacionalização[...]"

"Art. 91 - A Corporação Mineira da Bolívia transferirá, mediante licitação pública internacional, as concessões mineiras a que se refere o artigo anterior que não estejam sujeitas a contratos de tipo compartilhado ou arrendamento na publicação do presente código[...]"

Se a licitação pública internacional convocada pela segunda vez for declarada deserta, as concessões mineiras da referida licitação reverterão pela forma da lei e ao domínio originário do Estado e suas instalações, maquinaria e equipamentos serão

transferidos ao Tesouro Geral da Nação."

O anterior quer dizer que o Estado poderá conceder essas propriedades e bens a quem as solicite, segundo se estabeleça no mesmo projeto de Código.

Dessa maneira se consagra a desapareição da estatização das minas e, portanto, da velha Corporação Mineira da Bolívia.

Atração às multinacionais

A tarefa fundamental do governo burguês de Goni é a de atrair às multinacionais, por isso o projeto de Código de Mineração dispõe de uma série de privilégios em favor dos investidores nas atividades mineradoras.

Para nós essa tarefa é suja e antinacional, mas para o governo movimentista trata-se de cumprir a obrigação de por em prática as ordens do imperialismo norte-americano.

Que fazer?

A burocracia estalinista lança a bandeira de opor-se por todos os



meios à aprovação do projeto do Código de Mineração. Para ela é o aspecto fundamental.

Esquece-se de que antes de se pensar o mencionado projeto legal se procedeu à entrega das empresas públicas às multinacionais.

O passo assinalado pelos estalinistas contrarrevolucionários é equívoco e somente pode levar a

derrota.

Denunciar o caráter antinacional do Código de Mineração está bem, mas não é suficiente, pois trata-se de impedir que as empresas públicas e os recursos naturais sejam entregues ao capital financeiro.

Do anterior se depreende que o fundamental radica em usar a ação direta das massas para impedir de

fato a entrega das empresas estatais.

Isso quer dizer que nossa luta tem que projetar-se a derrotar a globalidade da política privatizadora do governo burguês de turno e da classe dominante.

Extraída do Masas 1532, do POR boliviano

Greve Geral na Argentina mexe com toda América Latina

A greve geral de 36 horas na Argentina contra a política econômica do governo Menem mostrou o desgaste do neoliberalismo e do governo peronista que o aplica há 6 anos.

A Argentina iniciou a implantação da linha neoliberal imposta pelo imperialismo há mais tempo que o Brasil, e foi mais a fundo em sua concretização. O motivo é que possui uma industrialização menor, uma burguesia menos fragmentada e tinha menos mecanismos de proteção à indústria interna. O resultado foi uma aplicação devastadora da abertura de mercado, privatizações, demissões de funcionários públicos, desregulamentação do trabalho com cortes de quase todos os direitos trabalhistas, etc.

O país teve sua produção industrial reduzida a décadas atrás. Bairros industriais inteiros foram liquidados, transformando-se em cidades-fantasma. O desemprego pulou de 6 para quase 20% da força de trabalho. No lugar dos produtos argentinos, mercadorias americanas, européias e orientais. O peronismo, que outrora foi nacionalista radical, tornou-se o principal instrumento de domínio e aumento da opressão imperialista.

O governo peronista transformou-se num radical laicista do imperialismo norte-americano. Em todas as questões de política internacional, sempre o primeiro país latino-americano a se manifestar em solidariedade total com os EUA tem sido a Argentina.

O domínio do peronismo no movimento sindical (dirige a central CGT) possibilitou desarmar o movimento operário e popular e assim impedir durante algum tempo sua reação contra Menem. Mas os ataques às condições de vida da população cresceram a tal ponto que a burocracia sindical peronista vendida teve de se colocar à cabeça de uma greve geral contra o governo peronista.

A greve teve seu ponto alto na

manifestação de mais de 100 mil pessoas na Plaza de Mayo, em Buenos Aires. A luta dos argentinos é contra os novas medidas propostas pelo governo: um pacote de leis trabalhistas para flexibilizar a legislação, com aumento da jornada de trabalho, eliminação das indenizações por demissão e mudanças no pagamento de horas extras e no sistema de férias.

O aumento da exploração do trabalho nos países semicoloniais é uma necessidade da burguesia nacional, submissa ao imperialismo e incapaz de competir com a produção desenvolvida e subsidiada. Para manterem suas empresas vivas e seus bolsos cheios, são obrigados a aumentar a exploração com aumento do ritmo e jornada de trabalho e redução de salários e conquistas trabalhistas. Essa é uma tendência mundial do capitalismo, que só pode ser combatida com a luta direta de massa contra os pa-

trabalhadores brasileiros podem apoiá-los nessa luta, lutando aqui contra o mesmo inimigo, antes que ele leve o país a uma situação tão dramática quanto a das massas argentinas.

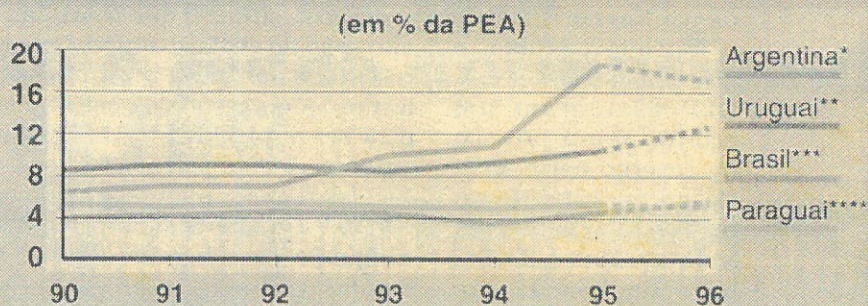
O Comitê Construtor do POR na Argentina, membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, tem se colocado no interior da luta grevista defendendo um programa antiimperialista e anticapitalista e o método da ação unitária das massas, sob a direção do proletariado. O despertar as lutas impulsionará a constru-

Internacional



Editoria de Arte/Gazeta Mercantil Latino-Americana

O desemprego no Mercosul



Fonte: Indec (Argentina), Ine (Uruguai), Dirección Geral de Estadísticas, Pesquisas e Censos (Paraguai), IBGE e Centro de Informações da Gazeta Mercantil (Brasil). * O dado de 1990 se refere ao mês de outubro, o dado de 1991 a junho e os demais anos apresentam dados de maio; ** 1996 - Média abril-junho; *** Nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O dado de 1996 se refere a julho; **** O dado de 1996 é do Ministério da Justiça e Trabalho e se refere a Setembro.

trões e o governo. Qualquer tentativa de amenizar o confronto é uma valiosa contribuição ao aumento da exploração do trabalho pelos parasitas capitalistas.

O movimento operário e popular na Argentina começa a se levantar para enfrentar o plano neoliberal. Os

ção dos partidos revolucionários e da IV Internacional. Trata-se da vanguarda proletária no Brasil seguir o mesmo caminho apontado pela luta de classes mundial.

Governo israelense massacra palestinos dentro da Autonomia Palestina

A abertura de um túnel em Jerusalém, nas imediações do Muro das Lamentações e da Via Sacra, serviu como estopim que estourou novamente os conflitos entre judeus e palestinos e provou que o acordo imposto pelo presidente americano Bill Clinton às duas nações não passou de uma rendição dos palestinos a Israel.

Internacional

entre judeus e palestinos e provou que o acordo imposto pelo presidente americano Bill Clinton às duas nações não passou de uma rendição dos palestinos a Israel.

O Estado de Israel foi criado após a 2ª Guerra Mundial, sob patrocínio norte-americano, com o objetivo de estruturar um enclave imperialista no Oriente Médio. A importância da região está no seu papel de produtor de petróleo, fonte fundamental de energia para o ocidente. Daquela época até hoje, travam-se lutas entre os judeus e os habitantes nativos da região, os palestinos, que reivindicam seu Estado independente e não reconheciam a existência de Israel. Os palestinos, agrupados em várias facções, organizavam-se na chamada Organização para a Libertação da Palestina (OLP), dirigida por Yasser Arafat.

No ano passado, o governo de Israel e a OLP assinaram um acordo, sob a pressão do governo norte-americano, que estabeleceu regiões autônomas palestinas dentro do Estado de Israel, que passaram a se denominar Autonomia Palestina e a contar com governo e polícia armada próprios. As tropas de Israel, depois de vários adiamentos, chegaram a se retirar da Autonomia Palestina.

Entretanto, o verdadeiro conteúdo do acordo o Rabin/Arafat/Clinton



apareceu após os últimos conflitos. Zangados com a "profanação" de uma área que consideram sagrada pela construção de um túnel em Jerusalém pelo governo israelense, os palestinos realizaram várias manifestações de protesto, principalmente com a utilização do método da "Intifada", de jogar pedras contra seus opressores judeus. As tropas judias retalharam com fogo de balas. A polícia palestina, que teria a função de conter as manifestações palestinas contra Israel, respondeu aos tiros com seu armamento leve. O governo de Israel ocupou as regiões palestinas com tanques e tem reprimido a população todos os dias.

O que ficou evidenciado nessa situação é a inviabilidade de uma resolução pacífica para o conflito judeu-palestino. O que ocorre ali é a opressão do enclave imperialista representado por Israel contra o povo palestino. A opressão dos palestinos só pode ser resolvida através de sua luta antiimperialista pela autodeterminação. Isso significa a luta armada para pôr fim à dominação israelense e a conquista da soberania real de seu Estado.

O imperialismo manipula para um novo acordo

O Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução branda reivindicando o fim do massacre dos palestinos pelos judeus. Os Estados Unidos pressionaram inicialmente para atenuar uma outra proposta de resolução que condenava Israel, mas depois se absteve da votação da resolução "neutra". Com isso, conseguiu

colocar as potências européias a trabalharem pela negociação entre judeus e palestinos ao redor de um novo acordo.

Diante da atual situação, o pacto não pode ser outro: Israel pretende que os palestinos se submetam a um acordo ainda pior que a rendição de Arafat, que recoloca as regiões sob controle direto da repressão israelense. A "Paz" que se negocia é o aumento terrível da opressão nacional sobre os palestinos.

No interior da antiga OLP, há vários grupos que reivindicam a emancipação total de Israel. Mas carecem de um programa revolucionário, que leva à luta antiimperialista e anticapitalista.

Os revolucionários da América Latina, que lutam pela construção de um Partido Mundial da Revolução Socialista, apóiam a luta palestina contra o jugo israelense, porque trata-se de parte da luta contra a burguesia mundial imperialista. Apoiamo-nos na posição marxista que defende a luta contra a opressão nacional e pela autodeterminação.

